



NEOCONSERVADORISMO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: TENSÕES ENTRE O PÓS-MODERNO E O PROJETO PROFISSIONAL

*NEOCONSERVADORISM IN THE PRODUCTION
OF KNOWLEDGE IN SOCIAL SERVICE:
TENSIONS BETWEEN THE POST-MODERN AND
THE PROFESSIONAL PROJECT*

Luciana Batista de Oliveira Cantalice¹

RESUMO

O presente artigo traz em seu escopo uma síntese parcial de uma pesquisa bibliográfica realizada no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, cujo recorte foi o conjunto de teses defendidas nessa área no período de 2000 a 2005. Partimos da premissa levantada e confirmada pela pesquisa de que extratos da ideologia pós-moderna estariam sendo assimilados e incorporados no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social. Destarte, reconhecendo com isso a tensão gerada no interior dessa produção com a direção social e estratégica aferida nos termos do projeto ético-político da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Produção do Conhecimento. Conservadorismo. Neoconservadorismo. Pós-Modernismo.

¹ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET-PPGSS-UFPB), responsável pela linha de pesquisa em Serviço Social, com ênfase nos Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Contato: lucianabocantalice@gmail.com.

ABSTRACT

The present article brings in its scope a partial synthesis of a bibliographical research carried out in the scope of the production of knowledge in Social Work, whose cut was the set of theses defended in this area in the period of 2000 to 2005. We start from the premise raised and confirmed by the research That extracts from postmodern ideology would be assimilated and incorporated into the production of knowledge in Social Service. Thus, recognizing with this the tension generated within this production with the social and strategic direction measured in terms of the ethical-political project of the profession.

Keywords: Social Service. Knowledge Production. Conservatism. Neoconservatism. Postmodernism.

Submissão - 11/09/2016

Aceite - 13/01/2017

Introdução

O presente artigo traz em seu escopo uma síntese parcial de uma pesquisa bibliográfica realizada no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, cujo recorte foi um conjunto de teses defendidas nessa área no período de 2000 a 2005. Tal estudo teve como sustentação a premissa inicial, confirmada pela referida pesquisa, de que extratos da ideologia pós-moderna estariam sendo assimilados e incorporados no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social. Já que é possível identificar nesse âmbito a recorrência a teses, autores, obras e conceitos legatários do discurso pós-moderno, bem como a adoção desse conjunto de elaborações como recorte teórico-metodológico “inteligível e factível” de análise da realidade.

Cabe esclarecer que o nosso objetivo não é classificar as teses analisadas em pós-modernas ou não pós-modernas. Sobretudo, porque como poderíamos definir uma tese pós-moderna: aquela cujo referencial teórico-metodológico é pós-moderno? Aquela que incorre sobre a entronização do ecletismo pela via do relativismo metodológico ou da transgressão metodológica? Ou ainda: aquela que em favor do epistemologismo “interdita” a análise do real concreto? Seria pós-moderna aquela tese que enveredasse por um desses caminhos ou seria preciso incorrer sobre todos eles? É possível se observar que tal classificação não seria nem fácil e nem justa. E mais: isso inviabilizaria aqueles trabalhos que se autoproclamam marxistas (pretensamente pautados no materialismo histórico dialético), mas que na verdade assimilam em suas análises extratos do movimento intelectual pós-mo-

derno. Também não queremos afirmar que o simples fato de utilizar, mencionar ou referenciar tais elementos torna uma produção pós-moderna, mas que a associação desses elementos como perspectiva de análise teórico-metodológica da realidade social consubstancia inflexões na produção do conhecimento na direção do pós-moderno, ou seja, incidem sobre inclinações ou modulações dessa produção em torno do fluxo neoconservador proveniente da regressiva sociocultural, operada nos termos do processo de decadência ideológica e de mais uma crise do capital.

O que pode ser observado quando a substância dessas inflexões incorre fundamentalmente sobre: a desontologização da vida social “validada” pela semiologização da realidade; a recusa à perspectiva da totalidade social em favor do “real” visto como um fluxo aleatório de fragmentos; a aceitação da imediaticidade mediante uma “supressão” da distinção entre aparência e essência; a transgressão metodológica – pautada no relativismo e na completa arbitrariedade; o “fim” das metanarrativas que substancialmente se ancora na perspectiva do antimarxismo; e o neoirracionalismo que se pauta numa articulação entre o irracionalismo propriamente dito e a razão em sua acepção mais formal.

Nessa medida, sabendo do alcance e da centralidade da produção do conhecimento em nível de pós-graduação no âmbito do Serviço Social, tanto para a formação quanto para o campo da prática profissional, é que nos propusemos a investigar **como, de que forma e em que medida** tem se dado a incidência dessas inflexões pós-modernas na bibliografia produzida no interior desses programas, analisando os contornos e os impactos nessa relação.

Para nós a assimilação da ideologia pós-moderna no âmbito da produção intelectual do Serviço Social gera uma tensão com a perspectiva crítico-analítica hegemônica na/da profissão - expressa nos termos de seu atual projeto ético-político profissional -, tendo em vista o caráter regressivo daquelas ideias. Tal tensão traz efeitos negativos ao Campo da prática, já que a pós-graduação tem como tarefa fundamental, para além da formação de profissionais qualificados, subsidiar com pesquisas, reflexões teóricas e metodológicas o referido campo da prática.

Necessário faz-se esclarecer que o nosso objetivo não é apontar para uma crise na formação e do projeto profissional, mas que a

incorporação tanto acrítica e arbitrária quanto consciente da ideologia pós-moderna no interior do Serviço Social pode significar em longo prazo um processo regressivo em termos de formação, projeto e consciência.

O nosso estudo buscou elucidar esse desafio que está posto e apontar elementos que subsidiem a não capitulação diante da voga pós-moderna, reafirmando a direção social e estratégica do atual projeto ético-político da profissão. Entendendo a necessidade radical de enfrentamento ao projeto de dominação-exploração-alienação do capital e das consequências nefastas ligadas a ele e que a nosso ver, no atual contexto, tem de se dar tanto de forma endógena quanto exógena à profissão.

Considerando os procedimentos metodológicos que nortearam o nosso trabalho observamos que o método de investigação não se limita a um conjunto de regras formais de análise externas ao objeto que se pesquisa e sim uma relação que nos permite apreender a sua dinâmica (PAULO NETTO, 2004), partindo dessa perspectiva adotamos como nosso método de análise o materialismo histórico-dialético. Compreendendo que este se fundamenta na concepção de que os fenômenos da realidade não são partículas isoladas ou justapostas, mas sim, compõem um todo integrado e orgânico, que se define como uma totalidade concreta, processual e histórica.

Nessa direção, e para conhecermos determinado objeto de análise, é preciso compreendê-lo em toda a sua complexidade e processualidade, isto é, apreendendo-o a partir de sua dinâmica histórica, contraditória e movente, e a partir de sua relação com o todo. Visto que a realidade não é um “[...] ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processos de transformação.” (MARX, 1998a, p.18). Necessitando assim, de aproximações sucessivas ao fenômeno investigado, bem como de um processo de síntese para que se apreenda as múltiplas mediações que levam o conhecimento do fenômeno de sua aparência a sua essência.

Com base nessas afirmações assinalamos a relação dialética entre o processo de conhecimento e a própria realidade que, se apanhada, nos permitirá apreender os fenômenos da realidade, posto que “[...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.” (MARX, 1998b, p. 28).

Assim o eixo norteador de nossa investigação passa pela identificação e compreensão de como se processam as mediações entre a ideologia pós-moderna e suas inflexões particulares no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, de modo a identificar as tensões geradas com o atual projeto ético-político do Serviço Social.

1 As determinações sócio-históricas da ideologia pós-moderna

Inicialmente traçaremos o quadro que compõe o conjunto das mediações sócio-históricas do pós-moderno, com vistas a reconstruir a base ontológica sobre a qual se inscreve tal conjunto de ideias.

Essa perspectiva de análise nos conduz ao contexto das transformações societárias processadas nas três últimas décadas do século XX que vieram a sedimentar uma nova fase capitalista. Posto que, como afirma Harvey (2005), a partir desse período registram-se nítidas modificações nos processos de trabalho, nos padrões de consumo, nas configurações geopolíticas e nas práticas de Estado.

É no curso da década de setenta que emergem, visivelmente, as transformações societárias que – embora já sinalizadas no decênio anterior – vão marcar os anos oitenta e noventa, revelando inflexões significativas no envolver da sociedade capitalista [...]. (PAULO NETTO, 2003, p.89-90).

Partimos dessa leitura, por considerarmos que essas modificações ocorrem simultaneamente à disseminação de formas culturais pós-modernas, firmando-se teses de que há uma relação necessária entre estas últimas, à emersão do processo de flexibilização capitalista e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na vida social.²

Apesar de terem processado alterações substanciais e, assim, inaugurado um novo estágio na história do capital, essas transforma-

2 Segundo Harvey (2005), o avanço tecnológico – em particular nas áreas da comunicação, informação e transporte – estabeleceu um padrão de eficiência e rapidez nas tomadas de decisão e na troca de informações que eliminou praticamente as distâncias e as fronteiras espaço-temporais no que tange à comunicação entre as pessoas e as transações financeiras entre as nações, que ocorrem em tempo real, desse modo, comprimindo o espaço em relação ao tempo e vice-versa.

ções não alteraram sua estrutura essencial: a produção de mais-valia, a acumulação de capitais, a superpopulação relativa, a substituição do trabalho vivo pelo morto e a transformação do valor da força de trabalho em salário continuam intocadas. O que significa dizer que não há o surgimento de uma sociedade pós-moderna e sim ideias pós-modernas que agem e se articulam com essas leis fundamentais do capital.

Para isso, tomaremos como premissa de nossa análise o que aponta Mandel (1982) ao afirmar que para se realizar qualquer análise marxista acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo e mesmo em torno da sua fase contemporânea, é preciso reconstruir mediações fundamentais, como: a luta de classes, o papel do Estado burguês, a ideologia do capital, o comércio mundial e as formas predominantes dos superlucros.

Elementos esses essenciais que se articulam tanto no momento da produção quanto da reprodução social do capital. E que se põem no movimento das transformações societárias originadas na ordem da crise do capital dos anos 1970, alavancada, por sua vez, pela recessão generalizada da economia capitalista internacional.

Para Marx (1998a) a produção social capitalista estrutura-se em um estado de “equilíbrio” (circunstancial). O que faz com que esse sistema que é baseado no valor de troca, no livre-mercado, no descarte do valor de uso efetivo das mercadorias e na obtenção de lucro não resulte num caos permanente, pelo contrário, garanta nesse processo os elementos necessários à sua reprodução.

Todavia, a produção capitalista não está totalmente subordinada a essa noção de equilíbrio, na verdade ela mantém, segundo Mandel (1982), uma relação dialética entre períodos de equilíbrio e desequilíbrio, sendo cada um a negação do outro. O que aponta para a suscetibilidade do capitalismo a crises, conforme Marx (1998a), não só em decorrência do processo produtivo em si e suas arbitrariedades, mas também em virtude da discrepância entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento do consumo de massa - descompasso inerente à própria natureza do capital.

As condições de exploração direta e as de realizá-la não são idênticas: diferem não só no espaço e no tempo, mais ainda logicamente. As primeiras são limitadas apenas pela força produtiva da so-

cidade, e as últimas pela relação proporcional entre os vários ramos de produção e o poder de consumo da sociedade. Mas, essa relação não é determinada pelos potenciais de produção e de consumo, tomados em termos absolutos, mas pelo potencial de consumo baseado em condições antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande maioria da sociedade a um mínimo que varia dentro de limites mais ou menos estreitos. O potencial é, além disso, restringido pela tendência à acumulação, pela propensão a expandir o capital e produzir mais-valia numa escala ampliada. (MARX, 1998a).

Por conseguinte, as crises do capitalismo têm suas origens nas próprias leis internas desse modo de produção e respondem a um andamento cíclico, posto que essa produção traduz-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias e da produção de mais-valia, que corresponde, por sua vez, a um ciclo adicional de expansão e de contração na realização de mais-valia e na acumulação de capital – em ritmo, volume e proporção diferenciados. E são exatamente essas discrepâncias, entre a produção de mais-valia e sua realização e entre a realização da mais-valia e a acumulação de capital, que justificam as crises de superprodução.

Num movimento ascendente da acumulação do capital há tanto um acréscimo na massa quanto na taxa de lucros e um aumento tanto no volume quanto no ritmo da acumulação – processo de aceleração da acumulação. Já em um momento de crise cai o ritmo da acumulação do capital – processo de desaceleração da acumulação.

Vale esclarecer que quando a aceleração da acumulação do capital atinge determinado ponto, incide a dificuldade de se manter a valorização da massa total de capital acumulado, como demonstra a queda tendencial na taxa de lucros. Nesse ponto, ocorre uma superacumulação, em que há muito capital disponível e, assim, não se pode atingir a taxa de lucros desejada. O que desencadeia o processo de desaceleração da acumulação, desvalorizando parcialmente o capital acumulado. E é nesse momento que ocorre o subinvestimento, quando será investido menos capital que o montante que se pode expandir com a taxa de lucro corrente e com o nível de produção de mais-valia, o que possibilitará o retorno da elevação da taxa média de lucros. E com isso a possibilidade novamente de intensificação da produção e da acumulação de capitais.

A extensão de cada ciclo econômico foi determinada por Marx

e Engels (2007) pelo tempo de rotação necessário a reconstrução do valor do capital fixo (maquinaria), o que apontaria para um período de sete a dez anos, quando e sob condições normais de produção capitalista os valores liberados seriam suficientes para um novo investimento nesse tipo de capital.

Considerando essas flutuações no período de iminência das transformações societárias nos anos 1970, observamos um movimento de crise cuja magnitude não só atingiu os índices de acumulação, mas, agiu sobre a dinâmica do capital, alcançou o seu mecanismo central, o regime de acumulação. Vale esclarecer que, quando nos referimos à aceleração da acumulação estamos falando em índice de acumulação – dimensão quantitativa – e quando nos remetemos ao regime de acumulação nos referimos ao modo particular de produção.

Essa crise assinalou o esgotamento de um período longo de crescimento do capital (os trinta anos gloriosos do pós-Segunda Guerra Mundial) e a inversão para um ciclo longo de recessão com apenas momentos episódicos de crescimento, nos termos de Mandel (1982). Reversão operada pela queda na taxa tendencial de lucro e pela crise de acumulação do capital.

Uma crise que por suas dimensões exigiu do capitalismo um reordenamento produtivo, segundo Harvey (2005), uma transição com alterações no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado, sobretudo, considerando as inflexões da crise do capital no campo sócio-político, no qual se sustentava o “pacto entre as classes” viabilizado por meio do *Welfare State*.

Harvey (2005) aponta que um regime de acumulação refere à estabilização da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação por um longo período, processando uma correspondência entre as condições de produção e as condições de reprodução dos assalariados. Um regime que se fixa por determinado período, tendo em vista que possui um esquema “coerente” de reprodução.

O problema desse sistema é disciplinar os diferentes comportamentos dos vários sujeitos político-econômicos – capitalistas, trabalhadores, financistas – em uma configuração que mantenha o funcionamento desse regime de acumulação.

É condição para isto:

[...] uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre os comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação. (LIPIETZ apud HARVEY, 2005, p. 117).

O que se observa com isso é um amplo e complexo quadro de relações que se estabelece e permite que o sistema possa se reproduzir, por determinado espaço de tempo, mesmo considerando suas insolúveis contradições, dinâmica e instabilidade.

Numa articulação com o curso das transformações societárias do decênio de 1970 identificamos: primeiro, que os trinta anos gloriosos que antecederam o descerramento da crise do capital nesta década tiveram em sua base “[...] um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico [...] chamado fordista-keynesiano” (HARVEY, 2005, p. 119); segundo, que a referida crise se instala na medida em que esse sistema se esgota, gerando um contexto de instabilidade e incerteza, colapsando o regime de acumulação e a taxa média de lucros.

Emergia um novo padrão de crescimento que, operando por meio de ‘ondas longas recessivas’ [...], não só erodia as bases de toda a articulação sociopolítica até então vigente como, ainda, tornava exponenciais as contradições imanentes à lógica do capital [...]. E para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias. (PAULO NETTO, 2003, p.90).

Historicamente o capital tem buscado, ao passo que viabiliza suas bases de produção, constituir seus mecanismos de reprodução social e suas estratégias de saída dos momentos de crise. Para tanto, incorporando novas medidas econômicas e constituindo novos mecanismos de regulação e de construção do consenso entre as classes, objetivando manter sua hegemonia e sua autoafirmação como “única possibilidade histórica”.

Nesse sentido, as respostas até então delineadas a essa crise do capital foram processadas a partir de uma nova fase de internacionalização do capital (mundialização do capital); incursão de novas modalidades de reestruturação produtiva (acumulação flexível); implementação de políticas neoliberais com sucessivas reformas; construção de novos consensos entre as classes – por meio dos valores neoliberais, do discurso ideológico da burguesia, minimização do Estado e da profusão das ideias pós-moderna – funcional à reprodução do capital.

Na ponta desse processo, vale acrescentar, firma-se o neoliberalismo, visto como o projeto político da reengenharia do capital desse período, pois este constituiu as condições favoráveis à viabilização das respectivas alterações na base material.

Convém ressaltar que o êxito do capital foi relativo, pois a recuperação da taxa de lucro, em detrimento aos custos sociais, não significou a elevação das taxas de crescimento e o reestabelecimento de ondas longas de crescimento, manteve-se os limites da estagnação econômica.

Neste cenário para Harvey (2005, p. 119):

Não está claro se os novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de modalidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo, associado à virada cultural para o pós-modernismo, garante ou não o título de um novo modo de regulamentação.

O que se pode garantir é que os contrastes entre as práticas políticas e econômicas contemporâneas e as próprias dos trinta anos gloriosos do capitalismo dão conta de delimitar uma transição do modo fordismo-keneysonianismo para um regime de acumulação flexível, num confronto direto desta última com a rigidez da primeira.

Processa-se uma flexibilidade nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e padrões de consumo, cuja base é a instituição de um novo padrão de reprodução ampliada do capital, lançado em escala mundial. Inclusive, com penetração nas economias de países que compreendiam o bloco socialista, conformando uma

mundialização do capital, nos termos de Chesnais (1996).

Nesse quadro articulam-se novas mediações sociopolíticas na ordem de hábitos, práticas políticas e formas culturais. Particularmente, nos interessando o foco nas formas culturais, haja vista que ratificamos a tese do pós-modernismo como a lógica cultural que no tempo presente se fixa no processo de reprodução e de manutenção da economia capitalista.

Segundo Jameson (1996) o pós-modernismo constitui-se como a lógica cultural do capitalismo tardio, haja vista que o conjunto das ideais pós-modernas dentre outros mecanismos, cumpre uma função ideológica de sustentação e de legitimação do capital, uma vez que age sobre o sistema de regulamentação social em favor desse sistema – ou seja, na medida em que legitima regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais à manutenção da ordem capitalista e por outro lado demarca como ilegítimas as ideias e práticas que apontam à direção inversa.

Notadamente, é preciso esclarecer que ela própria, a cultura pós-moderna, apresenta-se como uma expressão das alterações objetivas operadas no modo de produção capitalista no contexto do qual estamos tratando. Configura-se como um produto da generalização da forma mercadoria no capitalismo tardio, que mediante o intenso processo de mercantilização da cultura, articulado a outros mecanismos, busca “superar” o problema da superacumulação, demarcando que o estatuto pós-moderno possui claramente um fundamento econômico.

Espelha-se como extremamente funcional à reprodução social do capital, uma vez que suas bases contribuem para a incredibilidade da perspectiva crítico-analítica do real; para o obscurecimento das relações de dominação e de alienação próprias da economia burguesa; para a dissimulação das contradições entre as classes; para a pulverização das lutas sociais e para a fragilidade no processo de construção de um projeto coletivo contra a hegemonia capitalista – como veremos no próximo ponto do capítulo. Dessa forma, corroborando com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pelo menos, até os seus limites sócio-históricos. Analisando a produção cultural contemporânea temos que “[...] longe de se apresentar como um momento de ruptura inominável, o presente se mostra como uma intensificação e homogeneização do passado.” (JAMESON, 1996, p.11).

A mediação entre o capital na sua forma social contemporânea e o pós-modernismo como sua lógica cultural

[...] marca a apoteose do sistema e a expansão global da forma mercadoria, colonizando áreas tributárias de tal forma que não se pode mais falar de algum lugar ‘fora do sistema’ como a natureza[...] ou o inconsciente, constantemente bombardeado pela mídia e pela propaganda. (COSTA, CEVASCO apud JAMESON, 1996, p. 5).

Nesse sentido, o mundo da cultura não pode ser visto isolado ou autonomizado em relação a este novo estágio do capitalismo, pelo contrário ele se firma como uma de suas mediações. As sucessivas tentativas de se autorrepresentar como uma nova existência ou uma nova paisagem sociocultural não revelam o real significado de se anunciar a ruptura com o projeto da modernidade. É a ordem dominante que se quer reinventar num outro momento histórico para ressignificar e refuncionalizar as suas bases materiais de produção e reprodução desigual e combinada.

A tarefa ideológica fundamental do novo conceito, entretanto, deve continuar a ser a de coordenar as formas de prática e de hábitos sociais e mentais [...] e as novas formas de organização e de produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo – a nova divisão global do trabalho – nos últimos anos. [...] uma ‘revolução cultural’ na escala do próprio modo de produção; também aqui, a inter-relação do cultural com o econômico não é uma rua de mão única, mas, uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação. (JAMESON, 1996, p.18)

As alterações desse contexto apontam para o coroamento da cultura representada como mercadoria e inscrita na vida social mercantilizada e cada vez mais aprisionada em seu imediato.

O conjunto dessas transformações age sobre a constituição de uma nova sensibilidade cultural, aqui entendida como processo social, em que o que parece dominar e triunfar “[...] é a própria funcionalidade ídeo-social da mercadoria e do capitalismo [...]” (EAGLETON apud PAULO NETTO, 2003, p. 98). Essa parece ser a tarefa histórica do pós-modernismo.

Assim o pós-moderno se constitui como uma ideologia, e, mais especificamente, uma ideologia do capital no tempo presente,³ tendo em vista a funcionalidade da propagação de suas ideias à reprodução social do capital em sua face contemporânea - em razão disso, adquire forte sentido para o projeto de dominação burguesa.

Há de se considerar que o pós-modernismo não assume explicitamente a defesa do capitalismo, se expande mediante, e em virtude, de um discurso aparentemente “crítico” diante dessa forma social, embora esteja sistematicamente vinculado aos interesses dela.

Ao se legitimar no campo das relações sociais dominantes, esse tipo de ideologia – e suas respectivas expressões –, tomada como discurso objetivo, coerente, racional e legítimo⁴, põe-se no rol das ilegitimidades aqueles discursos que buscam questionar os valores e interesses implícitos com os quais está comprometida essa ordem – nessa medida o pós-moderno enquanto ideologia procede também no intuito de deslegitimar o marxismo, esse é um alvo claro.

[...] eles precisam desqualificar o uso de algumas categorias vitais do pensamento crítico. Reconhecer a legitimidade de tais categorias seria aceitar o exame dos próprios pressupostos que são assumidos como verdadeiros, juntamente com as conclusões que podem ser – e efetivamente o são – facilmente delas extraídas. (MÉSZÁROS, 2004, p.58).

Entendemos também, como Mézaros (2004), a extensão do

3 “O fator fundamental dessa crescente ideologização não reside, decerto, numa direta intencionalidade de classe; embora sirvam à conservação do existente [...] nem sempre são conscientemente elaborados a partir dos interesses imediatos da burguesia. Seu caráter conservador deve ser buscado na sujeição [...] aos limites impostos, na superfície da realidade, pela divisão capitalista do trabalho e por suas consequências sociais e culturais. O critério para avaliar a cientificidade de uma filosofia do social reside no modo pelo qual ela apreende (ou ignora, ou mistifica) as categorias econômicas, que constituem a modalidade fundamental da objetividade humana.” (COUTINHO, 2010, p.31)

4 Segundo Mézaros (2004) a ideologia dominante tem uma grande vantagem em determinar o que é legítimo, uma vez que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade e, também, por conta da relação de forças existente favorável a reprodução de seu discurso.

poder da ideologia, uma vez que tudo em nossa sociedade está impregnado de ideologias, quer as percebamos ou não. E que o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona como um filtro que apresenta ou desvirtua as regras de seletividade, de preconceito, de discriminação e de distorção sistemática na vida social.

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. (MÉSZÁROS, 2004, p. 58).

Os pós-modernos classificam as ideologias como irremediavelmente teleológicas, totalitárias e fundamentadas em argumentos metafísicos. (BELL, 1980). A sustentação dessa crítica busca extrair dos elementos internos, tomados de forma grosseira, a validade necessária a seu discurso de desqualificação. E é por isso que esses partem da “leitura” das transformações societárias do último terço do século XX, destacando os novos elementos e processos que emergem nesse contexto, para desconstruir a racionalidade e o projeto emancipador da modernidade e, nessa medida, se colocar como os paladinos da “nova realidade sociocultural”.

Considerando a questão ideológica em relação à teoria do conhecimento, observamos que essa articulação resulta de uma tendência que vem se construindo há pelo menos dois séculos no campo da filosofia, ligada ao predomínio no interior desse campo da teoria do conhecimento, da lógica e da metodologia. O que segundo Lukács (2010) acaba em deprimir o interesse pela questão ontológica, embora a questão do **ser** seja insuprímível, haja vista estar ligada inerentemente à vida e a práxis social.

Darei um exemplo bem simples: quando alguém caminha pela rua – mesmo que seja, no plano da teoria do conhecimento, um obstinado neopositivista, capaz de negar toda realidade – ao chegar a um cruzamento, deverá por força convencer-se de que, se não parar, um automóvel real o atropelará realmente; não lhe será possível pensar que uma fórmula matemática qualquer de sua existência estará subvertida pela função matemática do carro ou pela sua representação da representação do automóvel.

(LUKÁCS, 2010, p. 103).

Para Marx e Engels (2007) o “segredo da ideologia” está no fato de que: se as ideias são tomadas como entidades autônomas, é mais fácil naturalizá-las e desistoricizá-las, “suspendendo” a base real/concreta mediante a qual se reproduzem e se referem essas ideias.

Esse é o caminho tomado pelos pós-modernos no tocante à “leitura” do mundo contemporâneo, onde tudo é colocado a partir do tempo presente e em fluxo aleatório e descontínuo, prescindindo de história e de conexões ontológicas. As ideias e os discursos são autônomos, os indivíduos atomizados e a realidade é um simulacro. (LYOTARD, 2011).

Tomando a concepção marxista, esse entendimento pós-moderno do real é pura ideologia e contrasta com a perspectiva materialista e histórica de compreensão do mundo dos homens, pois nela

[...] não partimos do que os homens dizem, imaginam, concebem, nem dos homens tal como narrados, pensados, imaginados, concebidos, a fim de chegar aos homens de carne e osso. Partimos de homens reais e ativos e, com base em seus processos de vida reais, demonstramos o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo da vida [...]. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX, ENGELS, 2007, p. 36-37).

Se o processo de desvinculação da análise da vida social da problematização de sua respectiva base material já dominava o pensamento burguês desde que esta se torna classe conservadora, é com o pensamento pós-moderno que ela alcança o seu ponto extremo. Nesse contexto os limites postos pela divisão social e técnica do trabalho amplamente adensada no capitalismo tardio distanciam a vida dos intelectuais da vida social e “[...] em especial, às efetividades materiais desta vida.” (PAULO NETTO, 2010, p. 264). E assim o pós-moderno reflete de forma acrítica a superficialidade da vida social nessa quadra histórica regida pela máxima regressiva do capitalismo mundializado:

A atomização da vida social, o fragmentário e o efêmero das relações humanas nas metrópoles, o intimismo e o particularismo a que são compelidos os indivíduos na sua vida cotidiana manipulada, a inépcia das instituições sociopolíticas universalizadoras que acaba por compelir

a ação política a intervenções moleculares, a descontextualização das experiências pessoais no marco das infovias, a espetacularização dos acontecimentos, a avalanche simbólica que satura os espaços sociais, a obsolescência programada do mundo das mercadorias e a compressão espaço-temporal experimentada por centenas de milhões de homens e mulheres. Dando por suposto que este quadro societário inaugura um novo período histórico, cujo futuro não transcende a reiteração pleonástica do presente [...]. (PAULO NETTO, 2010, p. 266).

Portanto, a funcionalidade ideológica do pensamento pós-moderno ao tempo presente do capital, confirmar-se à medida que este reflete a imediatividade fática e simbólica da sociedade tardo-burguesa, fundamentada numa argumentação antiontológica e antidialética que interdita a apreensão do concreto, do essencial e do universal. E à medida que valida e apresenta o conjunto das representações, normas, valores e padrões de conduta resultado das relações burocratizadas e manipuladas na atual fase do capitalismo como naturais, factuais, independentes da ação do homem, portanto, imutáveis. E assim incide “[...] no comportamento e na vida práticos daqueles que a internalizam.” (PAULO NETTO, 2010, p. 266), no sentido de manter as relações sociais fetichizadas e alienadas.

2 A articulação da ideologia pós-moderna no interior do Serviço Social

Decerto que os anos oitenta foram marcados pela consolidação de posicionamentos ideopolíticos de natureza crítica no Serviço Social o que remete a seu processo de ruptura com o conservadorismo, por meio do qual, nos termos de Paulo Netto (2003, p. 111), “[...] democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ídeo-política.” Contudo, isso não significa dizer que todo e qualquer viés conservador foi extinto da profissão, pois, de acordo com Paulo Netto (2003, p. 112):

[...] o conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual. A legitimidade alcançada para a diversidade de posições está longe de equivaler à emergência de uma maioria político-profissional radicalmente democrática e progressista que, para ser construída, demanda trabalho de longo prazo e conjuntura sócio-histórica favorável.

Porém, a tônica do debate profissional alicerçada pelas elaborações da tradição marxista, mediante o qual se construiu uma cultura profissional politizada e à esquerda, legitimada no interior da profissão e respeitada fora dela, levou as correntes conservadoras que ainda permaneciam no interior da profissão a uma postura cautelara e defensiva. E é nesse contexto que se consolida o projeto ético-político do Serviço Social e a direção social e estratégica a ele associada.

Contudo, essa hegemonia teórico-política na profissão será questionada ainda nos anos 1990 dadas duas ordens de questões, que articuladas conformaram um cenário regressivo tanto do ponto de vista político-econômico quanto sociocultural. Os que, por um lado, impunham à profissão novas requisições e grandes desafios, e, de outro, passavam a reanimar e reagrupar correntes conservadoras que persistiam no interior da profissão. Nessa altura, estas, por sua vez, abandonam a postura defensiva e passam a questionar de imediato as matrizes teóricas que balizaram o debate da profissão nos anos 1980 (a tradição marxista e suas inflexões na cultura profissional) e, inicialmente, de forma sutil arguir a própria direção social assumida pela profissão, inaugurando um debate, cuja polêmica central será “[...] manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la.” (PAULO NETTO, 2003, p. 117).

A primeira questão gira em torno das condições sócio-históricas desfavoráveis às demandas democráticas, às lutas sociais e ao caráter emancipatório inerente a essas, que apontam para uma conjuntura complexa, permeada pelas seguintes mediações: a reestruturação produtiva e a conseqüente precarização do trabalho; a regressão neoliberal e com ela o desmantelamento dos direitos sociais e a desestruturação do sistema de proteção social; a radicalização da questão social mediante os custos pagos pelo trabalho para reprodução social do capitalismo diante de suas sucessivas crises; e as atuais estratégias do Estado no trato à questão social (refilantropização e a administração da pobreza absoluta via os programas de transferência de renda).

No que tange à segunda questão apontamos para pujança do pensamento pós-moderno no conjunto das Ciências Sociais e Humanas no meio acadêmico, cujo tom do debate se firma em torno da desqualificação da razão, do esvaziamento da dimensão ontológica do real e da impugnação do humanismo, da dialética, da totalidade e da história.

Vale ressaltar que essas proposições pós-modernas encontram espaço fértil no Serviço Social junto aos estratos conservadores da profissão que passam a se reagrupar.⁵ É preciso esclarecer que aqui falamos de segmentos distintos: conservadorismo clássico e neoconservadorismo (sendo o pós-moderno uma de suas expressões), que capitulam na direção da desqualificação da teoria social crítica, bem como do projeto societário que a subjaz, apontando para o adensamento do processo de alienação e, conseqüentemente, para o imobilismo social.

Para Paulo Netto (2003) essa aliança entre as tendências conservadoras da profissão e o neoconservadorismo pós-moderno no plano ideopolítico pode ser inteiramente viabilizada no plano mais amplo da cultura profissional, sobretudo, no que se refere ao âmbito teórico-analítico, haja vista que:

A recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria da totalidade etc., vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o microsossial, no máximo as 'teorias de médio alcance'. [...]. (PAULO NETTO, 2003, p.118).

E nesse mesmo sentido essas inflexões se estendem facilmente ao plano técnico-operativo, mediante “[...] a centralização nas singularidades, a ênfase nas especificidades, a valorização do trabalho focalizado etc.” (PAULO NETTO, 2003, p.118):

E, nesse embate, penso que várias condições são muito favoráveis às correntes que tendem a questionar, direta ou indiretamente, a direção social estratégica (bem como os traços da cultura profissional que a sustentam) que se veio construindo na luta contra o conservadorismo: o projeto burguês de hegemonia do grande capital; a ambiência dominante na academia (largamente escorada pela indústria cultural); os substratos duradouros do conservadorismo e da antimodernidade no campo

5 Vale esclarecer que quando das primeiras incorporações do pós-moderno no cenário brasileiro – década de 1970 – o Serviço Social passava por um movimento interno de revisão crítica de seus fundamentos e prática, pautado numa postura de contestação ao tradicionalismo da profissão, por sua vez, sustentado pela incorporação de uma massa crítica que buscava romper com o conservadorismo. O que colocava a profissão na direção contrária ao neoconservadorismo que se instalava. Já na conjuntura atual as mediações endógenas e exógenas dessa profissão oferecem condições para uma possível incorporação das ideias pós-modernas.

profissional etc. (PAULO NETTO, 2003, p. 119).

O que fica claro quando observamos a conjuntura dos anos 2000 e suas implicações para profissão. Decerto que às condições sócio-históricas de gênese do nosso projeto profissional subscreviam a ordem do capital e suas investidas neoliberais (com o entendimento de toda a extensão que essa articulação traz), porém, é preciso reconhecer que as sucessivas vitórias do capital e a intensificação histórica das tendências destrutivas do mesmo, associadas ao refluxo do movimento dos trabalhadores (a maior e histórica resistência ao capital) põem condições sócio-históricas novas, que culminam com um processo de dominação desse sistema sem precedentes e com a veemência do conjunto das desumanidades intrínsecas a ele, desenhando assim uma dinâmica cujos impactos se expressam em novas dimensões e magnitudes.

Em síntese, sem sombra de dúvidas que as condições sócio-históricas que alinham a profissão à esquerda e as diretrizes e princípios que estruturam o projeto ético-político do Serviço Social - que, por sua vez, orientam a formação e a prática profissional - se confrontam na realidade objetiva contemporânea com padrões distintos de conhecimento e de intervenção social.

Apontamos que nesse âmbito não se estabelece apenas um confronto teórico-analítico e ideopolítico entre os interlocutores das diferentes correntes e projetos societários que coexistem no campo do debate e da intervenção profissional. Se expressa uma complexificação das relações de forças entre as condições teórico-políticas e socioculturais da atualidade e a materialização do projeto ético-político do Serviço Social, o que não pode ser ignorado pela endogenia da profissão.

Ao longo da construção teórica e histórica das bases de nossa formação e prática fica evidente que a profissão tem no real os elementos concretos para suas reflexões e elaborações teórico-metodológicas e é na cotidianidade que estão postas as necessidades sociais subjacentes, que se colocam como demandas à profissão, dessa forma, delimitando seu campo de intervenção. Nesse sentido, não se pode negar que as atuais mediações sócio-históricas – dentre elas as elaborações pós-modernas, que disseminam uma peculiar via de leitura do real e que influenciam amplamente o campo da produção do conhecimento – tenham inflexões no Serviço Social, gerando uma

tensão com a atual direção social e estratégica da profissão, delimitada nos termos do seu atual projeto ético-político.

E nesta medida a ideologia do capital no tempo presente passa a difundir uma nova concepção de mundo que, sendo incorporada no campo da produção do conhecimento do Serviço Social via programas de pós-graduação, inaugura novos conflitos no que tange aos valores e concepções consolidados no âmbito do projeto ético-político profissional. Considerando o receituário pós-moderno os conflitos gerados são prenes de uma ordem regressiva que repousa sob a lógica da serialidade, do imediato e da alienação, o que pode ao fim permitir o retrocesso da profissão em termos de projeto e de consciência.

É preciso que se ressalte que não estamos apenas falando de alterações cotidianas, estamos diante de amplos desafios, que podem descerrar para profissão um novo momento, sobretudo, por que já é possível identificar tais possibilidades regressivas no âmbito da profissão – práticas terapêuticas, empoderamento, economia solidária, dentre outros. Possibilidades não apenas imbricadas no

[...] chamado ‘campo da prática’, onde é reconhecida a dificuldade de penetração da vertente crítico-dialética. A ofensiva neoconservadora pós-moderna tem fortes influências acadêmicas [...] um razoável número de autores e textos que, incorporando de alguma forma a lógica pós-moderna, reanima traços do conservadorismo profissional. (SANTOS, 2007, p. 110).

O que rebate diretamente na formação profissional e, por conseguinte, nos rumos delineados para profissão em seu devir histórico.

É necessário travar esse debate, reconhecendo-o como importante e legítimo, posto que é partir da identificação de suas faces e rebatimentos que poderemos suscitar e elaborar estratégias sociopolíticas de revigoramento da tendência crítica que norteia a profissão, bem como, solidificar a validade da proposta do projeto ético-político profissional que se contrapõe aos efeitos deletérios da ação nociva do capital.

Não há dúvida de que a direção assumida nos marcos do referido projeto deve se reafirmar. Contudo, necessário se faz enxergar que esse revigoramento não pode se processar sobre bases voluntaristas e utilitárias, ele deve se reafirmar com bases sólidas, sobretudo porque a ordem dos desafios de sua reafirmação, também, deve

encontrar ressonância na criação de condições sócio-históricas que apontem para manutenção de um movimento democrático na sociedade brasileira.

Diante do exposto é preocupante a constatação de que elementos estruturadores da ideologia pós-moderna estão sendo incorporados no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social.

Se a produção do conhecimento expressa a extensão das influências e das tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social, nos cabe questionar diante das inflexões pós-modernas nela como estamos procedendo em **larga escala** à leitura de nossos objetos de investigação e de intervenção e, mais, de que forma e, em que direção, encaminhamos as respectivas respostas profissionais às requisições postas no âmbito da profissão.

Nesse sentido, foi possível observar no conjunto de teses analisadas, **a incorporação tanto indiscriminada quanto consciente de autores e teses concernentes ao universo das elaborações pós-modernas.**

Vale acrescentar que em maior dimensão essas inflexões se fazem presentes no interior dessa produção por meio da imprecisão ou inconsistência teórico-metodológica acerca das narrativas teóricas e de seus respectivos métodos. Mediante o processo de análise das teses foi possível identificar que muitos autores(as) não compreendem e não se apropriam suficientemente do próprio método escolhido para análise, o que significa que essa escolha se dá por motivos formais (exigência metodológica) ou políticos (congruência com os indicativos políticos da profissão) e não por clareza teórico-metodológica de que esse caminho é o melhor a seguir, mediante a certeza de que ao apanhá-lo é possível apreender a realidade investigada em sua complexidade e, dessa forma, construir um conhecimento amplo e coerente capaz de esclarecer o objeto tomado como problemática de análise. O que nos leva a concluir que em alguns casos a pesquisa é realizada em alguma medida pela intuição.

Já as apropriações conscientes ora são justificadas em favor do ecletismo ora do relativismo metodológico - tendo em vista o “entendimento” de que as requisições postas à profissão, tanto em termos de elaboração teórico-metodológica quanto no que se diz respeito à prática, exigem respostas profissionais que não podem ser dadas à

luz do marxismo, haja vista argumentarem que existem “[...] lacunas e insuficiências do mesmo em relação a determinadas questões não suficientemente tratadas em seu interior” - ou porque “[...] dizem respeito aos novos elementos postos no mundo contemporâneo”, portanto, não podendo ser respondidas pelo marxismo.

De uma forma ou de outra a ideologia pós-moderna adentra no campo das leituras e elaborações do Serviço Social, imprimindo nessas a forma particular de visão de mundo pós-moderna e, o mais grave, inflexionando a prática no interior de nossa profissão – já marcadamente eclética e sincrética – à sua direção difusa, desarticuladora, consternadora, compartimentalizada.

De certo que essas incorporações se concentram, dentre o conjunto de trabalhos que pesquisamos, mais em algumas áreas temáticas do que em outras. As teses analisadas concentraram-se no universo das seguintes temáticas: feminismo e gênero; trabalho; comunicação, redes e mediação digital.

No que concerne às temáticas do **feminismo** e do **gênero** é flagrante a assimilação das teses pós-modernas, tendo em vista a articulação histórica e epistemológica entre as origens e a divulgação do pós-modernismo e a segunda “onda do feminismo”. Essa segunda “onda feminista” remonta à influência da psicanálise no debate feminista, onde a centralidade da luta política é deslocada em favor das questões inscritas no campo da identidade e da diferença sexual, da subjetividade e do simbólico. Movimento que “cai como uma luva” diante da regressiva cultural operada pelo pós-modernismo.

No tocante a questão da **comunicação**, das **redes** e da “**digitalidade social**” observamos que tais temáticas encontram-se submersas na lógica pós-moderna, posto que estão imediata e intrinsecamente ligadas à noção de “sociedade da informação”, comandada pela tecnologia e pela comunicação e expressa nos termos da compressão do tempo pelo espaço, da discursividade e da hipertextualidade, dos simulacros e do espetáculo. (LYOTARD, 2011). Um novo perfil sociocultural que, segundo os pós-modernos, incide sobre a necessidade de se articular uma “pluralidade” de discursos que possibilitem apanhar os novos processos e as novas relações nesse “novo mundo”.

A profusão de obras e artigos pós-modernos que visam a debater e esclarecer esse novo perfil traz no contexto de seus argumentos

a articulação das noções de “conectividade, acessibilidade e sincronicidade” como substitutivos das categorias ontológicas e reflexivas de “explicação da realidade”. Operando, nesse sentido, o deslocamento da compreensão do mundo a partir da ontologia social para o epistemogismo imaterial.

Já o tratamento dado à categoria **trabalho** pelos pós-modernos (GORZ, 1982), indicamos que seus fins se inscrevem fundamentalmente no âmbito do domínio epistemológico e ideológico. De certo que a partir dos anos 1980 novos processos e relações se firmaram: em torno do trabalho, enquanto questão específica; e, em torno das relações de produção, enquanto questão geral. Como consequência muitas questões surgiram em torno desse debate e precisam ser suficientemente esclarecidas. A despeito das ilações pós-modernas, no interior da tradição marxista vem se acumulando uma massa crítica capaz de iluminar tais questões, para tanto, oferecendo um arsenal de argumentações inteligíveis e fecundas que apontam que as últimas transformações ocorridas no âmbito do binômio capital-trabalho ao fim incidem sobre a compreensão de que as metamorfoses, embora substantivas, no capitalismo contemporâneo não significaram, do ponto de vista histórico-social, que a dinâmica social atual inscreve-se fora da ordem capitalista, pelo contrário, prossegue vinculada ao movimento do capital e com isto, também, permanece incólume a centralidade do trabalho e nossa sociedade, tendo em vista ser esta a fonte de geração de toda riqueza social.

Nessa medida, se desfaz a voga de fim da sociedade do trabalho ou de expurgação da centralidade ontológica do mesmo na sociedade atual. E com isso descredibiliza-se a tentativa pós-moderna de decretação do “fim da modernidade” (VATTIMO, 2002) e, com esta, de “fim do marxismo”, como narrativa factível e inteligível de leitura da realidade contemporânea.

O que se pretende com tal discurso firmado como mais uma frente de ataque e de desmonte das postulações fundadas a partir da matriz marxiana é, com isso, se colocar como a narrativa plausível da “nova” ambiência sociocultural. Ratificando a nossa tese de que a despeito da diferenciação interna o “pensamento pós-moderno” tem em si uma finalidade unitária: reproduzir-se como ideologia.

Acrescentamos que as inflexões pós-modernas contidas no conjunto de trabalhos que analisamos, se dão, sobretudo, no trata-

mento das particularidades dos objetos, pois as contextualizações e problematizações se inscrevem do ponto de vista da totalidade e calcadas nos processos do real concreto – à exceção das teses que claramente tomaram o conjunto de elaborações pós-modernas como o farol de suas investigações e análises.

Essa constatação nos leva a inferir que embora esse conjunto de teses parta de uma análise e de um referencial que proceda a sua investigação com base no real concreto – apanhando as determinações e os processos concretos da vida social – considerando o já exposto no campo da legalidade social (dimensão das universalidades), ao tomar os objetos em suas singularidades (dimensão do cotidiano) o faz “suprimindo” o espaço das particularidades (dimensão das mediações) que ligam, por sua vez, esses objetos singulares à dimensão da universalidade. Dessa forma, afastando do raio de suas análises os processos e referenciais macrossociais que sustentaram inicialmente o processo de problematização de suas investigações, reduzindo as suas análises à dimensão do fragmento, do caso, do individual, da superfície e do imediato – como se os objetos se autoproduzissem e se auto explicassem.

Podemos inferir que em alguma medida a falta de apropriação do método crítico dialético no interior do Serviço Social – a despeito dos influxos marxistas na profissão desde o processo de renovação – é uma das portas abertas ao campo de apropriações indiscriminadas não só das elaborações pós-modernas, mas também de outras vertentes teórico-metodológicas.

Dentre outras justificações, os autores utilizam-se da ideia de que é preciso dar respostas imediatas e concretas às mais diversas demandas postas ao assistente social no nível do cotidiano, e isso implica articular ações nos microespaços e nas microrrelações de poder. O que suplantaria quaisquer possibilidades de articulações macrossociais ou universalizantes, quer seja na problematização das respostas profissionais, quer seja na emissão propriamente dita delas. Ao fim, o que se argumenta, dessa maneira, é a “impossibilidade” de suspensão do cotidiano e de sua imediaticidade no campo da prática profissional, nos termos de Paulo Netto (2004).

Parece-me que a cultura profissional do Serviço Social apresenta-se privilegiadamente receptiva para os influxos pós-modernos. A recusa pós-moderna das macroteorias, da categoria da totalidade, da análise ontolo-

gicamente fundada adequa-se como uma luva para a profissão que historicamente incorporou o pragmatismo e tolerou, no limite, as ‘teorias de médio alcance’ [...] Os impactos pós-modernos, enfim, podem chancelar, com argumentos aparentemente novos, consolidadas características no plano profissional operativo: a centralidade da ‘mudança cultural’, a ênfase nas singularidades, a valorização do trabalho focalizado, a reificação do microssocial, etc. (PAULO NETTO, 2004, p.140).

Sobretudo, porque essas articulações estão contidas na realidade, embora se restrinjam apenas à dimensão aparente e imediata.

Considerações Finais

Identificadas a natureza, a presença e as mediações das incidências pós-modernas no interior da produção do conhecimento em Serviço Social nos resta ponderar acerca do significado para a profissão dessas incorporações. E, nesse sentido, cabe remetermo-nos ao processo de renovação do Serviço Social que dentre outras transformações, segundo Paulo Netto (2004), trouxe à profissão influxos críticos que puseram em xeque o seu tradicional conservadorismo, apesar deste último não ter se imiscuído decisivamente.

Nos marcos desse processo o Serviço Social – embalado pelas demandas democráticas da sociedade brasileira no contexto sócio-histórico – construiu um projeto profissional vinculado às demandas da classe trabalhadora e à necessidade de transformação da ordem social capitalista. Tal projeto apresenta-se laicizado e ideologicamente diferenciado do projeto antimoderno concernente à gênese da profissão.

Segundo Paulo Netto (2004) esse projeto teve como “chão histórico” a recusa ao conservadorismo teórico-político, o arrefecimento e posterior derrota da ditadura, a efervescência das lutas sociais, a instauração da “Nova República”, o processo da Constituinte e, posteriormente, a resistência à investida neoliberal.

Um projeto profissional coletivo e claramente vinculado a um projeto macrossocietário e que goza de hegemonia no interior do Serviço Social. Hegemonia conquistada no interior do Serviço Social pelo projeto ético-político profissional na década de 1990, mediante

a atuação das vanguardas profissionais que impulsionaram o debate acerca do *ethos* profissional, balizadas pela recusa ao conservadorismo e pelo movimento de ruptura com o Serviço Social Tradicional. Inaugurando uma nova fase e imprimindo uma nova direção social e estratégica para profissão, por sua vez, com base crítico-analítica e alinhada às lutas sociais mais gerais da classe trabalhadora. O que deveria distanciar o Serviço Social de uma voga pós-moderna, cuja matriz ideológica e os objetivos societários se põem diametralmente em oposição aos objetivos cunhados e legitimados no núcleo central da profissão.

Contudo – e considerando que – o conservadorismo não foi expurgado da cultura profissional, que é possível se observar em frações da profissão uma cultura antimarxista, que a conjuntura atual é desfavorável aos setores democráticos da sociedade brasileira, que as condições sociopolíticas se firmam na contramão dos anseios e dos objetivos inscritos no marco do projeto ético-político profissional, e que o discurso pós-moderno se generaliza tanto no âmbito da universidade brasileira como das ciências sociais que estão em interlocução com a profissão – é factível que as inflexões pós-modernas identificadas no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social (se capilarizadas) inaugurem, mesmo que ainda de forma tímida, mas não menos preocupante, o questionamento da atual direção socioestratégica da profissão, tanto em termos do projeto profissional de modo geral quanto no que se diz respeito às perspectivas de orientação de sua instrumentalidade.

A capilarização dessas incidências se massificada pode expor e vulnerabilizar a hegemonia do atual projeto profissional e a direção social imediatamente ligada a ele, já que, por seu viés neoconservador, pode de fato significar a deflagração de um processo de rearticulação das frações que advogam em favor do conservadorismo profissional que persiste no interior do Serviço Social. E esse movimento endógeno, encontrando ressonância exógena diante da regressiva sociocultural que se generaliza nas articulações do capitalismo contemporâneo, pode inaugurar outro momento na profissão e certamente este não é prenhe de demandas revolucionárias.

Considerando essas possibilidades regressivas para o Serviço Social corroboramos com Eagleton (1998) quando o mesmo afirma que o pós-moderno é um discurso radical com efeitos práticos claros e imediatos e a isso **CABE A NÓS RESISTIR.**

REFERÊNCIAS

BELL, Daniel. **O fim da ideologia**. Brasília, DF: Ed. da UNB, 1980. (Coleção Pensamento Político, v. 11).

CANTALICE, Luciana B. de O. **As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. 245 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo**

tardio. São Paulo: Ática, 1996.

LYOTARD, Jean François. A condição pós-moderna. São Paulo: Jose Olympio, 2011.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Prefácio da 1ª edição. In: _____. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998a.

_____. Prefácio da 2ª edição. In: _____. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998b.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

PAULO NETTO, José. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. O Serviço Social e a crise dos paradigmas na pós-modernidade. **Debates Sociais**, Brasília-DF, Ano 39, n. 63/64, p. 125-142, 2004.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 2003.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verintio – Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 12, Ano VI, p. 1-14, out., 2010.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

